

Nenhuma fortaleza é inexpugnável. O QG do Exército não foge à regra.

A História das civilizações comprova que nenhuma fortaleza é inexpugnável e pode ser vencida com planejamento, ousadia, recursos, pessoas destemidas, vontade e informações.

Caso se alcançasse a invencibilidade, talvez a humanidade ainda estivesse na Idade Média, ou mesmo muito antes dela, se outros fatores não tivessem atuado, evidentemente.

Ao longo dos tempos, os povos assistiram à derrota de Massada, a destruição do Império Romano – pontilhado de fortes, fortins, casamatas e soldados com armaduras. As muralhas de Jerusalém foram tomadas pelos cruzados e retomadas por Saladino. Os saques no litoral do Brasil Colônia por corsários de várias nacionalidades teriam sido impedidos pelos muitos fortes portugueses.

Modernamente, os aliados tomaram aos nazistas a “Muralha do Atlântico”, o Pentágono foi penetrado inúmeras vezes e, em um exemplo de extrema perícia no uso de assimetria – quando um atacante fraco impõe um revés ao defensor imensamente mais poderoso, Davi enfrentando Goliás - , um grupo de fanáticos da Al Qaeda, perpetrou o mais fantástico atentado ao maior dispositivo de segurança do mundo, em 11 de setembro de 2001, contra os ícones do poder militar e econômico dos EUA.

Também com uso de informações privilegiadas, evidentemente, boa dose de ousadia e muito planejamento, no dia 8 de maio, segundo o que foi tornado público até agora, dois marginais lograram assaltar uma agência de um banco comercial localizada dentro do QG do Exército – o chamado Forte Apache – em Brasília.

Evidentemente que no quadro de insegurança pública delineado no país, atualmente, o atentado não é uma boa notícia. Mas é uma daquelas “surpresas inevitáveis”, como diz Peter Swartz, um dos gênios da moderna gestão estratégica.

Quem planeja segurança tem, por dever de ofício, buscar a perfeição adotando todos os dispositivos possíveis para impedir a concretização de atentados, mas essa inexpugnabilidade é, na prática, impossível de ser alcançada. Tempo, persistência, planejamento minucioso, informações (sempre elas!) e audácia acabam por permitir surpreender o defensor. O importante, sempre, é buscar a redução do dano.

Todos sabem que os militares são profissionais sérios e dedicados às missões a eles atribuídas, mas têm contra si os mesmos elementos encontrados em qualquer grande organização no quesito segurança: falta de recursos financeiros e de pessoal capacitado em nível operacional; desatenção após longos períodos de calmaria; idéia de que a imagem da Força é suficiente para impedir a agressão, instalada nos escalões mais baixos e em parceiros que atuam em comodato; o dilema entre a criar a acessibilidade democrática a um local de uso público por milhares de pessoas, diariamente, ou causar constrangimentos e prejudicar o funcionamento do órgão com medidas excessivamente restritivas, e a “missão impossível” de impedir que ex – integrantes disponibilizem dados que permitam

planejamento e execução de roubos ou outros incidentes de segurança dentro das “fortalezas”.

Na impossibilidade prática de tornar zero o risco pela redução das vulnerabilidades, cabe a avaliação mais correta possível do potencial das ameaças, mediante o uso de ferramentas de Inteligência em suporte à Segurança Orgânica.

Nesse caso, é importante entender as capacidades do chamado crime organizado para realizar investidas do tipo desta imposta ao QG do Exército. Esse ente abstrato dispõe de tempo e pessoal para exercer a assimetria criminosa. O êxito é alcançado exatamente pela capacidade de decidir quanto ao alvo, a hora e o local do ataque. Ao defensor, trata – se negar informações, impor riscos aos atacantes pela surpresa nas ações de defesa e poder de reação, causar o medo da punição posterior e freqüente variação das técnicas e táticas empregadas na segurança. Vigilância em tempo real com analistas de imagem treinados em detectar sinais suspeitos de ações delituosas não são mais suficientes para deter criminosos audaciosos e com planejamento bem elaborado.

O desenvolvimento de uma cultura de inteligência e segurança em todos os integrantes da organização é o melhor antídoto contra atentados. É imperioso transformar cada funcionário em alguém também responsável pela segurança do empreendimento. Aliás, o artigo 144 da Constituição cidadã, para o caso da segurança pública, impõe dever do Estado e obrigação de todos.

Cortar custos em segurança, especialmente no momento de crise presente no mundo não é um indicador positivo dessa cultura. Segurança deve ser vista como investimento cujo valor pode ser agregado ao produto da empresa, especialmente na imagem.

Os executores da segurança do QG certamente atenderam, em seus afazeres, os itens básicos de garantias: pessoas, patrimônio e imagem.

Alcançaram sucesso na preservação das pessoas que lá se encontravam na oportunidade. Os danos ao patrimônio também não foram de monta. Contudo, a imagem saiu chamuscada pelo fogo imposto pela mídia que quer ver fortalezas inexpugnáveis, esquecendo – se da História.

Não são adequadas as comparações feitas quanto à incapacidade de o Exército garantir a segurança da sociedade e do Estado, por se tratar de missão totalmente diferente e pela qual os militares têm apreço incomensurável.

Marco Antonio dos Santos
Dir Regional da ABSO DF e GO.